



**MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE**  
*Estado do Espírito Santo*

**LEI Nº 1.658/2002.**

**“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA  
A ELABORAÇÃO DA LEI  
ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO  
FINANCEIRO DE 2003, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS”.**

O Prefeito Municipal de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no inciso II do artigo 139, da Lei Orgânica Municipal, e no artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, as **Diretrizes Orçamentárias do Município de Muniz Freire, para o exercício de 2003**, compreendendo:

- I** - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal.
- II** - A organização e estrutura dos orçamentos.
- III** - As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações.
- IV** - As diretrizes para execução da Lei Orçamentária Anual.
- V** - As disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município.
- VI** - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais.
- VII** - As disposições finais.

**CAPÍTULO I**

**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º.** Constituem prioridades e metas do Governo Municipal:

- I** - Melhoria do Ensino Público Municipal, através do aumento de vagas, da recuperação das instalações físicas, do treinamento dos recursos humanos e renovação instrumental de sua rede escolar.





## **MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE**

*Estado do Espírito Santo*

- II** - Expandir e qualificar a oferta de serviços e ações na área de saúde, em consonância com as diretrizes da Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, promover investimentos na área de Assistência Médica, Sanitária, Saúde Materno-Infantil, Alimentação, Nutrição e afins.
- III** - Atuar em parceria com a sociedade organizada, a iniciativa privada e os Governos Estadual e Federal, no combate à pobreza, ao desemprego e à fome.
- IV** - Promover a desburocratização e a informatização da Administração Municipal, facilitando o acesso do cidadão e do contribuinte às informações de seu interesse.
- V** - Melhoria da qualidade de vida da população e amparo à criança.
- VI** - Aperfeiçoamento de recursos humanos e valorização do servidor público.
- VII** - Desenvolvimento e crescimento econômico, visando aumentar a participação do Município na Renda Estadual e geração de empregos.
- VIII** - Ampliação da capacidade instalada de atendimento ambulatorial e hospitalar.
- IX** - Adequar e modernizar a infra-estrutura do Município às exigências do crescimento econômico e do desenvolvimento social.
- X** - Apoiar o setor agropecuário visando a melhoria da produtividade e qualidade do setor.
- XI** - Expandir o sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de lixo e de esgoto, sistema de captação de águas pluviais, com drenagem e construção de galerias.
- XII** - Melhorar as condições viárias do Município.
- XIII** - Apoiar, estimular e divulgar a promoção cultural.
- XIV** - Exercer a fiscalização ostensiva dos agentes poluentes, protegendo os recursos naturais e renováveis.
- XV** - Melhoria de atendimento das necessidades básicas na área de habitação popular, visando minimizar o *deficit* habitacional do Município em parceria com os Governos Federal e Estadual, investir na urbanização dos bairros e Distritos, dotando-os de pavimentação de vias urbanas, melhorando os serviços de utilidade pública.
- XVI** - Promover melhoria de atendimento das necessidades básicas na área de Assistência Social Geral, subvencionando as Entidades de Ensino Especial, de





## **MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE**

*Estado do Espírito Santo*

amparo à velhice, de amparo ao deficiente físico, de amparo às crianças de zero a seis anos de idade, em consonância com as Diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social, bem como no patrocínio de eventos comunitários, priorizando as comunidades carentes.

**XVII** - Apoiar a implantação de Projetos que objetivem o desenvolvimento do turismo no Município.

**XVIII** - Assegurar a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério.

**XIX** - Desenvolver ações de combate ao analfabetismo, de cunho sócio-educativas, visando a construção da cidadania, articulando para isto às várias instituições que compõem a estrutura social.

**XX** - Articulação com Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, Entidades Privadas e Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais com vista a captação de recursos para a realização de Programas e Projetos que promovam o desenvolvimento econômico, social e cultural no território do Município.

**XXI** - Apoiar ações que visem a melhoria do sistema de segurança, com o objetivo de reduzir o nível de criminalidade e violência no Município.

**XXII** - Aquisição de veículo, móveis e equipamentos diversos.

**XXIII** - Manutenção das ações da Câmara Municipal, com o objetivo de modernizar os serviços legislativos e melhorar as condições de trabalho.

**XXIV** - Apoiar a formulação, coordenação e divulgação das ações legislativas, bem como capacitar o servidor do Poder Legislativo.

**XXV** - Dotar o Poder Legislativo de infra-estrutura moderna, em especial de recursos computacionais, para produzir as informações necessárias e viabilizar o perfeito desempenho de suas atividades.

**XXVI** - Aprimorar os serviços prestados e tornar a administração ágil, eficiente e eficaz.

**XXVII** - Desenvolver processo de informação e divulgação do Legislativo junto à sociedade munizfreirense.

**Art. 3º.** Observadas as prioridades definidas no artigo anterior, as metas programáticas correspondentes, terão precedência na alocação dos Recursos Orçamentários de 2003.





# **MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE**

*Estado do Espírito Santo*

## **CAPÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 4º.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, conforme a Legislação vigente, até o dia 31 de Outubro de 2002, será elaborado atendendo ao disposto na Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, e conterá:

**I** - Texto de Lei.

**II** - Consolidação dos Quadros Orçamentários.

**III** - Anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e despesa na forma definida nesta Lei.

**IV** - Discriminação da Legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e de seguridade social.

**Parágrafo Único** - Integrarão a Consolidação dos Quadros Orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no artigo 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

**I** - Da evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fonte, discriminando cada imposto, taxa, contribuição e transferências de que trata o artigo 156 e dos recursos previstos nos artigos 158 e 159, inciso I, alínea *b* e § 3º da Constituição Federal.

**II** - Da evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e elementos de despesa.

**III** - Do resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica e origem de recursos.

**IV** - Da receita e da despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, segundo categorias econômicas, conforme o anexo I da Lei nº 4.320 de 1964, e suas alterações.

**V** - Das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social de acordo com a classificação constante do anexo I da Lei nº 4.320 de 1964, e suas alterações.

**VI** - Das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, segundo Poder e Órgão, por elemento de despesas e fonte de recursos.

**VII** - Das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, segundo a função, subfunção, programa e elemento de despesa.





## **MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE**

*Estado do Espírito Santo*

**VIII** - Dos recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, no orçamento fiscal e de seguridade social, por Órgão.

**IX** - Da programação, referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino nos termos do artigo 212, da Constituição Federal, ao nível de Órgão, detalhando fontes e valores por categorias de programação.

**X** - Da programação, referente a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério previsto na Lei n.º 9.424/96.

**XI** - Da programação, referente a aplicação de recursos para financiamento das ações de saúde nos termos da Emenda Constitucional n.º 29 de 13 de Setembro de 2000.

**Art. 5º.** Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Municipais, seus Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

**Art. 6º.** Para efeito do disposto no artigo 4º desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará sua Proposta Orçamentária para o exercício de 2003, para fins de análise e consolidação até o dia 31 de Outubro de 2002, e será elaborado de conformidade com o que estabelece a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999.

**§ 1º.** Para cumprimento do disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, o total das despesas do Poder Legislativo Municipal no Exercício de 2003, incluído os subsídios dos Vereadores e excluído os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 8% (oito por cento), relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício de 2002.

**§ 2º.** O valor do orçamento do Poder Legislativo levará em consideração somente as receitas citadas no parágrafo anterior e cujos valores forem orçados no orçamento geral do Município.

**§ 3º.** O repasse mensal do Poder Legislativo ocorrerá até o dia 20 de cada mês e terá como base, respectivamente e sucessivamente:

**I** - O valor do Orçamento do Poder Legislativo fixado para o exercício, dividido por doze, respeitando-se o limite definido no artigo 29-A da Constituição Federal, dividido por doze.

**II** - Não se podendo cumprir o disposto no Inciso I tendo em vista a receita arrecadada não comportar o repasse, o valor a ser repassado corresponderá à proporção do Orçamento destinado ao Poder Legislativo no exercício, aplicado às receitas efetivamente arrecadadas no mês.





## **MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE**

*Estado do Espírito Santo*

**III** – Ocorrendo o citado no inciso anterior, o repasse do duodécimo levará em consideração.

- a)** Para o mês de janeiro: as receitas arrecadadas no período de 01 a 19/01/03;
- b)** Para os meses subseqüentes: as receitas arrecadadas no período compreendido entre o dia 20 do mês anterior e o dia 19 do mês competente;
- c)** Para o mês de Dezembro: as receitas arrecadadas no período compreendido entre o dia 20/11 a 19/12 e a projeção da receita para o período de 20 a 31/12/03.

**IV** – Havendo arrecadação menor em relação à receita orçada, aplicar-se-á o disposto no inciso II, compensando-se o valor do repasse nos meses subseqüentes, sucessivamente e ordinariamente, observando-se, contudo, o limite do artigo 29-A da Constituição Federal.

**Art. 7º.** Os orçamentos fiscal e de seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, segundo a classificação por função e subfunção, expressa por categoria de programação em seu menor nível, indicando, para cada uma, o elemento a que se refere a despesa.

**§ 1º.** As categorias de programação de que trata o *caput* deste artigo serão identificados por projetos ou atividades.

**§ 2º.** As modificações propostas nos termos do artigo 166, § 5º da Constituição Federal deverão preservar os códigos orçamentários da proposta original.

**Art. 8º.** Os Projetos de Leis e Créditos Adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para a Lei de Orçamento Anual.

### **C A P Í T U L O III**

#### **DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

**Art. 9º.** As Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Anual do Município, têm por objetivo que ele seja elaborado e executado visando garantir o equilíbrio entre receita e despesa de conformidade com o inciso I, alínea *a* do artigo 4º da Lei Complementar 101.

**I** - As receitas e despesas e o programa de trabalho deverão obedecer a classificação constante do Anexo I da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e de suas alterações.

**II** - As receitas e despesas serão orçadas a preços de Junho de 2002 e poderão ter seus valores corrigidos na Lei Orçamentária Anual, pela variação de preços ocorrida no período compreendido entre os meses de Junho e Novembro de 2002, medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado, da Fundação Getúlio





## **MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE**

*Estado do Espírito Santo*

Vargas - IGPM - FGV, e os projetados para Dezembro de 2002, ou por outro índice oficial que vier substituí-lo.

**III** - Os Poderes Executivo e Legislativo poderão realizar suplementação de verba através de atos próprios.

**§ 1º.** A Lei orçamentária abrigará o percentual correspondente ao atendimento do disposto no inciso III.

**§ 2º.** Observando-se as vedações legais correspondentes a suplementações, estas poderão ser realizadas em qualquer nível, abrangendo:

**I** - No âmbito do Poder Executivo: elementos de despesas e subprogramas dentro de uma mesma unidade orçamentária ou entre unidades orçamentárias diferentes.

**II** - No âmbito do Poder Legislativo: elementos de despesas e subprogramas.

**Art. 10.** Na programação da despesa serão observadas restrições no sentido de que:

**I** - Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

**II** - Não poderão ser incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de Calamidade Pública, na forma do § 3º do artigo 167 da Constituição Federal e conforme o disposto no § 3º do artigo 141 da Lei Orgânica Municipal.

**III** - O Município poderá contribuir para custeio de despesa de competência de outros entes da Federação, quando atendido o disposto no artigo 62, da Lei Complementar 101, de 04 de Maio de 2000.

**Art. 11.** A programação dos investimentos para o exercício de 2003, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em execução, ressalvados aqueles custeados com recursos de Convênios específicos.

**Art. 12.** As dotações nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual da União e do Estado poderão constituir fontes de recursos para inclusão de Projetos na Lei Orçamentária Anual do Município.

**Art. 13.** É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos, para pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação.

**Art. 14.** Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:





## **MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE**

*Estado do Espírito Santo*

**I** - Pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Pública Municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com Órgãos ou Entidades de Direito Público ou Privado, nacionais ou internacionais, pelo Órgão ou por Entidade a que pertencer o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado.

**Art. 15.** Acompanhará a Lei Orçamentária Anual, além dos demonstrativos previstos no artigo 2º, §§ 1º e 2º da Lei 4.320 de 17 de Março de 1964, a demonstração dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento da aplicação de vinte e cinco por cento, das receitas provenientes de impostos, prevista no artigo 212 da Constituição Federal, e o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29 referente à aplicação de recursos no financiamento nas ações e serviços públicos de saúde.

**Art. 16.** A dotação consignada para Reserva de Contingência será fixada em valor não superior a um por cento, da receita corrente líquida, definida no artigo 17 desta Lei.

**Art. 17.** Considerando o parágrafo único do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, fica entendido como receita corrente líquida a definição estabelecida no artigo 2º, inciso IV, da citada Lei, excluindo das transferências correntes os recursos de convênios, inclusive seus rendimentos, que tenham vinculação à finalidade específica.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 18.** Ficam as seguintes despesas sujeitas à limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas nos artigos 9º e 31, inciso II, § 1º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000:

**I** – Despesas com obras e instalações, aquisição de imóveis e compra de equipamentos e material permanente.

**II** – Despesas de custeio não relacionadas aos projetos prioritários.

**Parágrafo Único** – Não serão passíveis de limitação as despesas concernentes às ações nas áreas de educação e saúde.

**Art. 19.** Fica excluída da proibição prevista no artigo 22, parágrafo único, inciso V, da Lei Complementar 101, de 04 de Maio de 2000, a contratação de hora extra para pessoal em exercício nas Secretarias Municipais de Saúde e de Educação.





## **MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE**

*Estado do Espírito Santo*

**Art. 20.** A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a contratação de pessoal, a qualquer título, e alteração na Estrutura Administrativa, pelos Poderes Executivo e Legislativo, serão admitidos quando:

**I** – Houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de pessoal e aos acréscimos dela decorrente.

**II** – Observado o limite estabelecido na Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000.

### **CAPÍTULO V**

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 21.** Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriores ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal, que impliquem excesso de arrecadação em relação à estimativa de receita constante do referido Projeto de Lei, os recursos adicionais serão objeto de crédito adicional, nos termos da Lei nº 4.320 de 17 de Março de 1964, no decorrer do exercício de 2003.

**§ 1º.** As alterações na legislação tributária municipal, dispondo, especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI, taxas de limpeza pública, coleta de lixo e iluminação pública, deverão constituir objeto de Projeto de Lei a serem enviados à Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de investimento do Município.

**§ 2º.** Quaisquer Projetos de Lei que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão obedecer aos seguintes requisitos:

**I** - Atendimento do artigo 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**II** - Demonstrativo dos benefícios de natureza econômica ou social.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 22.** As despesas totais com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo no exercício de 2003 observarão o estabelecido no artigo 20, inciso III, alínea *a* e *b* da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.





## **MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE**

*Estado do Espírito Santo*

**§ 1º.** Para cumprimento do disposto na Lei Orgânica Municipal e Leis Municipais correspondentes referentes ao cumprimento do disposto no artigo 37 - X da Constituição Federal, o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, bem como a remuneração dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança dos Poderes Executivo e Legislativo, serão reajustados, no âmbito de suas competências e iniciativas, em conformidade com estas leis, abrigando o orçamento de cada Poder os recursos destinados para tal fim;

**§ 2º.** Os Poderes Executivo e Legislativo, no âmbito de cada Poder, poderão conceder vantagens e promover a revisão destas, promover revisão salarial e conceder aumentos de remuneração de seus servidores, promover a criação ou extinção de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, observando-se o inciso I, § 1º do artigo 169 da Constituição Federal.

### **CAPÍTULO VII**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 23.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual será devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

**Parágrafo único** - Na hipótese de o Projeto de que trata este artigo não ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, o Poder Legislativo ficará automaticamente convocado com fins específicos de votação do Projeto de Lei orçamentária do orçamento anual, em conformidade com o disposto no artigo 309 do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 24.** Não havendo a sanção da Lei Orçamentária Anual até o dia 31 de Dezembro de 2002, fica autorizada sua execução nos valores originalmente previstos no Projeto de Lei proposto, na razão de um doze avos, para cada mês até que ocorra a sanção.

**§ 1º.** Os valores da receita e despesa que constarem do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2003, poderão ser atualizados de conformidade com o que estabelece o artigo 9º, inciso II desta Lei.

**§ 2º.** Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizado neste artigo.

**§ 3º.** Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser movimentado em sua totalidade, as dotações para atender despesas com:

**I** – Pessoal e encargos sociais.

**II** – Serviço da dívida.





**MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE**  
*Estado do Espírito Santo*

**III** – Pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social.

**IV** – Categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operação de crédito ou de transferências da União e do Estado.

**V** – Categoria de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aqueles recursos previstos no inciso anterior.

**Art. 25.** O Poder Executivo, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, publicará o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), discriminando a despesa por elementos, conforme a unidade orçamentária e respectivos projetos e atividades.

**Art. 26.** Em atendimento a legislação vigente, a elaboração do orçamento deverá ter a participação popular.

**Art. 27.** O Poder Executivo definirá, por meio de ato próprio, as despesas consideradas irrelevantes, em atendimento ao artigo 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

**Art. 28.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Muniz Freire – ES, 24 de Outubro de 2002.

  
**ZAEDIS DE OLIVEIRA THEZOLIN**  
**=Prefeito Municipal=**